

Início das Negociações entre o Mercosul e a União Europeia

Félix Peña

O autor é membro do Conselho Argentino para as Relações Internacionais e do Forum Euro-Latino-Americano. Recentemente, foi Subsecretário do Comércio Exterior da Argentina e, como tal, membro titular do Grupo Mercado Comum do Mercosul.

O facto de que a Conferência Ministerial da OMC não concluiu com os resultados esperados não é, necessariamente, um obstáculo inultrapassável para o início das negociações interregionais entre a União Europeia e o Mercosul, previsto para Abril de 2000.

Indica, sim, como é difícil o caminho para progredir no objectivo do desenvolvimento de um sistema multilateral de comércio que abra, de forma efectiva, os mercados mundiais para todo o tipo de bens e de serviços. Seattle não permitiu alcançar acordos equilibrados em torno da negociação das necessárias disciplinas comerciais, especialmente (mas não exclusivamente) no campo da agricultura. Mas o fracasso de uma reunião não impede continuar a buscar o consenso necessário, e essa é a tarefa prioritária da OMC nos próximos meses, na qual os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão assumirão a principal responsabilidade.

Sabe-se que as negociações na OMC e as interregionais entre o Mercosul e a União Europeia estão vinculadas entre si. São caminhos complementares, mas os seus ritmos de avanço não são, necessariamente, influenciados um pelo outro. Enquanto não estiverem criadas as condições para retomar as negociações suspensas em Seattle, as duas regiões têm de desenvolver o seu próprio caminho.

A este respeito, os resultados obtidos na reunião do Conselho de Cooperação União Europeia-Mercosul, em Novembro passado, definem uma estrutura e um cronograma de reuniões para 2000. O eixo institucional é o Comité de Negociações Birregionais que se reunirá em Abril em Buenos Aires, e depois em Julho, em Bruxelas. A primeira reunião, sob os auspícios das Presidências da Argentina no Mercosul, e de Portugal na União Europeia, deverá aprovar o enquadramento das negociações e os seus termos de referência. Tudo isto, no âmbito já fixado pelo Acordo Marco de Dezembro de 1995 e pela Declaração do Rio de Janeiro da Cimeira União Europeia-Mercosul. A segunda reunião terá lugar durante as Presidências da França e do Brasil. Antes do final do ano, haverá uma nova reunião do Conselho de Cooperação, provavelmente no Brasil.

As reuniões previstas para este ano permitirão apreciar o verdadeiro grau de interesse e de possibilidades das duas regiões em encetar negociações credíveis e eficazes.

Do lado da União Europeia, e após as mudanças registadas em Bruxelas, colocar-se-á em evidência se, para além do interesse manifestado relativamente aos países do Mercosul, tanto de uma perspectiva política como económica, existe vontade política de encetar negociações que permitam resultados equilibrados em todos os sectores e em prazos razoáveis.

Neste sentido, cobra importância o apoio nítido às negociações de livre comércio que surgiu da segunda reunião do Fórum Empresarial Mercosul-União Europeia, celebrada em Novembro passado em Mainz. A terceira reunião realizar-se-á em

Buenos Aires, em Maio, e permitirá efectuar uma avaliação da primeira reunião do Comité de Negociações. Sem dúvida, o fracasso de Seattle constituirá pano de fundo deste fórum empresarial.

Por sua vez, do lado do Mercosul, dever-se-á pôr em evidência que a renovada vontade política de avançar na consolidação e no aprofundamento da união aduaneira, se traduz em medidas concretas que permitam fortalecer a sua credibilidade como interlocutor válido da União Europeia. As negociações comerciais internacionais constituem um desafio para o Mercosul, mas também um estímulo ao seu desenvolvimento.

Outra dimensão significativa e complementar das negociações interregionais, é a do desenvolvimento da área de livre comércio das Américas. Até ao momento, os avanços têm sido lentos, mas existe já um processo negociador – actualmente sob a presidência da Argentina – que provavelmente é irreversível. Sem dúvida, os progressos que se possam alcançar no futuro estarão condicionados pelos resultados das eleições de Novembro nos Estados Unidos, e pela forma como Washington termine de digerir a experiência de Seattle.

Se Seattle nos dá alguma mensagem, é a da necessidade que todas as negociações comerciais internacionais acrescentem, alternadamente, a sua vocação de equilíbrio nos interesses em jogo e o grau de transparência e de participação da sociedade civil. São negociações governamentais, mas não podem ficar meramente limitadas à acção dos governos. É muito o que está em jogo, em cada um dos países participantes, como para que não aspirem empresários, sindicalistas e muitas outras expressões da sociedade civil, a ter a uma voz na formação das posições nacionais nos distintos âmbitos negociadores.

A isto acrescenta, no caso das negociações entre a União Europeia e o Mercosul, a importância de fora como o que o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais de Lisboa tem vindo a promover nos últimos anos – o Fórum Euro-Latino-Americano. O seu sexto encontro, em finais de Fevereiro, em Portugal, constituirá uma nova oportunidade para encetar um diálogo interregional entre intelectuais, políticos e empresários, que à luz dos resultados de Seattle, traga ideias e visões conducentes ao êxito das largas e complexas negociações que têm a seu cargo os governos e, de certa forma, a Comissão Europeia.

Uma dimensão, explicitamente, incorporada no Acordo Marco de Madrid, é a da cooperação interregional. Um Subcomité de Cooperação foi criado especialmente para esse efeito, e a sua agenda deverá incluir aspectos relevantes da associação entre as duas regiões, no campo empresarial, dos investimentos e da tecnologia, do meio ambiente, e especialmente da educação e formação profissional.

É muito o que une a Europa com o Mercosul. Nos últimos anos, os interesses recíprocos tornaram-se mais densos como consequência da forte presença de investidores europeus no Mercosul. Mas para além dos interesses económicos e comerciais, são valores e interesses partilhados no plano político e cultural, o que impulsiona a busca de uma associação interregional especial. As duas regiões partilham a sua visão de um mundo mais equilibrado e multipolar. Acima de tudo, as duas regiões partilham os seus valores democráticos, e de construção de sociedades abertas que permitam desenvolver níveis superiores de igualdade e coesão social. Os custos do fracasso da ideia de uma associação interregional que permita o livre comércio e o aprofundamento da cooperação entre as duas regiões, em todos os planos, seriam demasiado elevados tanto para o Mercosul como para a União Europeia. São duas regiões marcadas pela necessidade de trabalhar juntas de forma sistemática.

O importante na relação interregional é a direcção estratégica que surge do Acordo Marco de Madrid, e que foi reafirmado na Cimeira do Rio de Janeiro, em Julho passado. Os ritmos de avanço, obviamente, também são importantes. Mas é preferível colocá-los na perspectiva realista do que é possível e não permitir que os objectivos estratégicos se vejam afectados por dificuldades circunstanciais.

Nesta perspectiva, corresponde à União Europeia, pela sua maior dimensão e grau de desenvolvimento, trazer uma liderança firme às negociações de 2000 – e será este o principal desafio que terão as Presidências europeias, primeiro a de Portugal e depois a da França.

Portugal teve um papel significativo quando, em Guimarães, em 1992, se deu um impulso ao processo que conduziu ao lançamento formal das negociações em Bruxelas, em Novembro passado. Tem agora a oportunidade de renovar a sua vocação de liderança contribuindo para o êxito da primeira reunião do Comité de Negociações Birregionais.